

# PLURIATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL NO SUL DO BRASIL<sup>1</sup>

*Flávio Sacco dos Anjos<sup>2</sup>*

## RESUMO

O artigo aborda a importância da agricultura familiar no desenvolvimento das áreas rurais brasileiras, concedendo especial atenção ao caso da Região Sul. O autor analisa, em primeiro lugar, a evolução conceitual operada entre as noções de “agricultura em tempo parcial” e “pluriatividade”, conectando-a com o debate sobre a evolução da agricultura. Assinala que, enquanto o primeiro conceito aparece associado com a etapa de hegemonia do paradigma da modernização, o segundo deles (a pluriatividade) vincula-se com a etapa atual, dominada pelo paradigma da multifuncionalidade. O texto enfoca ainda o processo de modernização desencadeado no Brasil, a partir da década de 1960, bem como os efeitos que acarreta, haja vista o processo de exclusão social operado sobre os pequenos agricultores familiares. A última seção situa a importância da agricultura familiar no atual processo de desenvolvimento nacional e o importante papel que pode representar a pluriatividade em prol da dinamização das zonas rurais.

**Palavras-chave:** pluriatividade, desenvolvimento rural, agricultura familiar, campesinato.

## PLURIACTIVITY AND RURAL DEVELOPMENT IN THE SOUTHERN BRAZIL

## ABSTRACT

In this article, its author analyses the importance of family agriculture for the development of Brazilian rural areas, paying attention to the South Region of Brazil. The author analyses, firstly, the notions of “part-time farming” and “pluriactivity”, and links each one of them to the different debates on farming sector along time. He shows that whereas the notion of “part time farming” could be linked to the phase where the modernization paradigm was dominant, the “pluriactivity” is a notion linked to the current debate on multifunctionality. Secondly, he analyses the process of farming modernization in Brazil in the sixties, and its effects of social exclusion on small farmers. Finally, he analyses the relevance of family agriculture in the present process of rural development in the Southern region in Brazil, and the importance of pluriactivity on the dynamization of rural areas.

**Key-words:** pluriactivity, rural development, family farming, peasantry.

---

<sup>1</sup> Aceito para publicação em dezembro de 2002.

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela Universidad de Córdoba, Espanha (2000), Professor da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário s/n, Caixa Postal 354, CEP 96010-900, Pelotas, RS. E-mail: flaviosa@ufpel.tche.br

## INTRODUÇÃO

A importância econômica do Brasil é um fato inquestionável, tanto por seu potencial exportador (agrícola e industrial) quanto por constituir-se num dos principais mercados consumidores do Hemisfério Sul, erguendo-se como a nona economia mundial até o começo dos anos 1990. Outrossim, o País apresenta também uma outra cara, qual seja, a de um imenso território dotado de uma riqueza natural incomparável, mas plagado de fortes desequilíbrios demográficos (uma marcante concentração da população na vertente oriental do País e nas grandes metrópoles); econômicos (distribuição desigual da terra, concentração da renda em setores minoritários da população, concentração dos fatores produtivos em determinadas zonas da geografia nacional); e sociais (a existência de um amplo setor da população excluído dos mercados consumidores e do acesso a emprego, saúde, educação, moradia e outros direitos fundamentais).

Estudos recentes de prestigiosos organismos internacionais (PNUD/IPEA, Relatório..., 1996) não fizeram mais que confirmar este quadro, mostrando realidades sociais extremamente contrastantes no interior do País. Todavia, a realidade de um Brasil mais desenvolvido, como no âmbito dos Estados da Região Sul (RS, SC, PR), cujos indicadores sociais e demográficos assemelham-se ao contexto de países desenvolvidos, e, de outro, a realidade de regiões como o Norte e o Nordeste, onde as condições em que vive a população aproximam-se perigosamente a situações típicas de boa parte do que se considera hoje como o Quarto Mundo ou da África Subsaariana.

Foi sobretudo nas décadas de 60 e 70 que a agricultura e a sociedade brasileira viram-se drasticamente afetadas pela influência, tanto de fatores externos (a crescente ampliação dos mercados agrícolas) quanto internos (as políticas de modernização conservadora levadas a cabo pelos governos militares durante a ditadura militar)<sup>3</sup>. Esse processo de mudanças repercutiu notavelmente na conformação das estruturas sociais e econômicas do País, destacando-se o

---

<sup>3</sup> A ditadura militar, como é sabido, durou cerca de 21 anos. Iniciou-se com o golpe militar de 30 de março de 1964, prolongando-se até o ano 1984, que é quando começa o processo de redemocratização nacional. O processo que se conhece como modernização conservadora da agricultura brasileira desenvolveu-se fundamentalmente entre 1965 e 1979. A expressão destacada refere-se à opção dos governos militares pela solução tecnológica (mudança na base técnica de produção, via uso de insumos modernos) na transformação do agro-brasileiro, mantendo intacta a concentrada estrutura da pro-

Continua...

fato de que a agricultura já não espelha o protagonismo de tempos passados e nem mesmo a sociedade rural goza da importância pretérita. Se em 1960, 44% da população total (70 milhões de pessoas) vivia nas cidades, no ano 2000 tal proporção se havia elevado a 81,2% de um total de 169.799.170 de habitantes contabilizados no último censo demográfico. Mas se até meados dos anos 50, aproximadamente 2/3 das exportações totais brasileiras provinham da agricultura, no final dos anos 90 estas alcançavam apenas 35%, tendo a participação no Produto Interno Bruto declinado de mais de 20%, na década de 60, para apenas 11% nos anos 90.

Além dessas mudanças macroeconômicas, assistimos, na última década, outras mudanças mais específicas, cuja repercussão nas dinâmicas do mundo rural brasileiro são igualmente portadoras de significado. Este artigo tratará de uma dessas mudanças, centrada na emergência e consolidação da pluriatividade na Região Sul do Brasil, centrando a atenção não só em mostrar as formas que esse fenômeno assume, senão analisar suas causas explicativas e as condições que presumivelmente favoreceram sua aparição. Para tanto, a primeira seção está dedicada a apresentar o debate sobre a pluriatividade, situando-lhe no âmbito dos países em vias de desenvolvimento e, mais particularmente, no caso da Região Sul do Brasil, considerada aqui como universo empírico deste trabalho. A segunda seção aborda o processo de colonização e desenvolvimento agrícola da Região Sul, porquanto consideramos que em seu exame podemos encontrar algumas das chaves explicativas da importância da agricultura familiar nessa parte do País. Na terceira seção, trataremos de mostrar que tanto a agricultura familiar, como o mundo rural dessa região brasileira sofreram mudanças de grande envergadura, como resultado do processo de modernização conservadora, que alterou radicalmente o ambiente das famílias rurais ao dificultar sua capacidade para reproduzirem-se social e economicamente. Desconhecer esses aspectos impede compreender o fenômeno correspondente à pluriatividade e suas especificidades, tendo como pano de fundo o contexto do Brasil Meridional.

(Continuação do rodapé 3).

---

priedade fundiária. Tal processo respondia, inegavelmente, ao concerto de interesses das classes dominantes na sociedade brasileira de então, entre os quais figuravam, em lugar destacado, os da oligarquia rural, preocupada pela efervescência dos movimentos sociais rurais e, de outro, os setores mais modernos do capital industrial, predominantemente de origem urbana, desejosos de ampliar o mercado de consumo de seus produtos, além de induzir o processo de internacionalização da economia brasileira. Com respeito a este tema ver especialmente Graziano da Silva (1982), Martine (1987), Delgado (1985) e Brum (1987).

nal. A estrutura de abordagem aqui adotada responde, portanto, a uma imposição heurística na abordagem de um tema de natureza indiscutivelmente complexa e multifacetada. A quarta seção trata de ressaltar a importância da pluriatividade na Região Sul como via destinada a garantir a reprodução social das famílias rurais, ao passo que a quinta e última seção realiza uma breve reflexão sobre o futuro do mundo rural brasileiro e o papel que a pluriatividade pode assumir, contanto que seja convenientemente integrada como estratégia dos poderes públicos com o intuito de aproveitar o enorme potencial (demográfico, ecológico, cultural) que encerra a sociedade rural e os espaços ainda não urbanizados com o propósito de contribuir para mitigar os graves desequilíbrios antes referidos.

## DA AGRICULTURA EM TEMPO PARCIAL À PLURIATIVIDADE

O pressuposto fundamental desse artigo é de que tanto a “agricultura em tempo parcial” quanto a “pluriatividade” são fenômenos associados fundamentalmente com a agricultura familiar, os quais formam parte do elenco de estratégias de resistência adotadas pelos grupos domésticos para garantir a reprodução social de seus membros. Tais estratégias usualmente desenvolvem-se mediante a combinação de rendas agrícolas e extra-agrícolas, através de atividades realizadas dentro e fora das próprias explorações.

Ainda que ambos conceitos refiram-se a realidades empíricas bastante similares, refletem não só as diferenças em termos do seu alcance e significado, como também momentos históricos distintos no processo de reflexão sociológica sobre o desenvolvimento da agricultura e do campesinato, bem como nas valorações que sociólogos, geógrafos e economistas agrários fizeram acerca da natureza e funcionalidade deste fenômeno<sup>4</sup>. No que se refere à agricultura em tempo parcial, há que sublinhar sua indiscutível conexão com o processo de industrialização, em que pese o fato de que, historicamente, amplos setores do campesinato têm sido parcialmente incorporados ao setor industrial e de serviços, trabalhando alternativamente em suas pequenas explorações ou como assa-

---

<sup>4</sup> A mencionada transição conceitual foi magistralmente descrita em Fuller (1990).

lariados em fábricas situadas em seu entorno. O fato é que praticamente em todos os idiomas há palavras para designar esta figura já clássica na paisagem social agrária: “*campesino-obrero*”, “*worker-peasant*”, “*ouvrier-paysan*”, “*arbeiterbauer*”, “*operai-contadini*”, “*camponês-operário*”, etc., destacando-se nela o crescente grau de unificação dos mercados de trabalho urbano e rural (Etchezarreta et al., 1995, p. 78).

Apesar da enorme controvérsia com relação aos critérios de definição do conceito de agricultura em tempo parcial, o certo é que a maior parte dos estudos, surgidos entre o final dos anos 70 e princípio dos 80, coincidiam em considerá-lo como um fenômeno de transição (Kolankiewicz, 1979, p. 67) que anunciava a definitiva desapareição das explorações camponesas na agricultura contemporânea. Admitia-se tratar-se, igualmente, de manifestação palpável do processo de êxodo rural e de artifício adotado por famílias camponesas detentoras de explorações pouco modernizadas (Naredo, 1996, p. 180-182). De fato, até o final dos anos 80, a agricultura em tempo parcial era vista como um fator que freava o desenvolvimento capitalista na agricultura, tal como este havia sido previsto pelos autores clássicos, muitos deles de filiação marxista, como Kautsky, que haviam cunhado o que alguns denominam de “paradigma da proletarização agrária” (Arnalte Alegre, 1980, p. 222). Ainda dentro da tradição marxista, e num afã de renovação, alguns autores, mais tarde, assinalaram a funcionalidade das explorações familiares para o desenvolvimento capitalista em alguns setores como o lácteo (Servolin, 1972) ou a horticultura, eximindo-se, portanto, de destacar se em tal funcionalidade era ou não necessária a dedicação parcial ou completa do titular e de sua família. A percepção absolutamente negativa da agricultura em tempo parcial atravessou inclusive o mundo sindical e político na época dourada da modernização produtivista, como prova a aversão que em relação a ela nutriam as organizações sindicais de maior influência na CEE<sup>5</sup>, como a FNSEA francesa ou a DBV alemã, e a escassa atenção que lhe era dedicada junto às instituições onde eram debatidas as orientações da política agrária europeia, como o Comitê de Organizações Profissionais Agrárias – Copa (Lagrange, 1993). A exploração moderna e viável, dirigida por agricultores jovens, bem formados tecnicamente e com plena dedicação à sua profissão, era o modelo a seguir, um modelo no qual a agricultura em tempo parcial não tinha

---

<sup>5</sup> Comunidade Econômica Européia, hoje UE (União Européia).

cabimento (Coulomb & Nallet, 1980). Só mesmo na periferia da representação sindical o tema da agricultura em tempo parcial cobrava interesse e era incluído nas reivindicações de organizações como o *Movement pour la Defense de l'Exploitation Familiale – Modef* – e a *Confédération National des Syndicats de Travailleurs Paysannes – CNSTP* – (franceses) ou a *Confcoltivatori* (italiana) (Moyano Estrada, 1998).

Mais tarde, em meados dos anos 80, a utilização do termo “pluriatividade”, para identificar um fenômeno de natureza similar à agricultura em tempo parcial, não somente refletia certas mudanças na perspectiva dos debates sobre o desenvolvimento agrário e o papel da agricultura familiar, mas igualmente reproduzia uma alteração drástica de atitude do mundo acadêmico e político com respeito a este tema. Nos países desenvolvidos, e especialmente no âmbito da União Européia, se estava produzindo uma verdadeira mudança de paradigma no tratamento dos problemas da agricultura e do mundo rural por parte, não só da comunidade científica e da opinião pública em geral, mas dos responsáveis políticos e sindicais, tal como aparece refletido na literatura econômica e sociológica daqueles anos (Fuller, 1984, 1990) e em importantes documentos da própria Comissão Européia (*El Libro Verde de la PAC*, em 1985, ou *El Futuro del Mundo Rural*, em 1998). Se estava realmente passando do paradigma da modernização produtivista, que havia guiado o pensamento agrário e rural desde o começo dos anos 70, a outro (mais recentemente denominado “paradigma da multifuncionalidade”), no qual são introduzidos novos critérios para valorar os espaços rurais e redefinir a função e o status da agricultura neste processo: sua importância para o equilíbrio territorial e dinamismo das zonas rurais, assim como para a preservação dos recursos naturais que simultaneamente passam a ocupar o primeiro plano na definição das novas políticas agrárias (Hervieu, 1996; Delorme & Le Theule, 1996; Moyano Estrada, 1997).

Nesse contexto de mudanças, exacerbado pelo crescente abandono de amplas zonas rurais e a deterioração ambiental produzida pelos modelos intensivos e hiperespecializados de agricultura, produzir-se-á uma profunda revisão no tratamento até então concedido à agricultura em tempo parcial, refletindo o novo termo – a pluriatividade – a marca desse verdadeiro “giro” intelectual e político. Desde então, não só se reconhecerá como um fato irrefutável da agricultura contemporânea essa combinação de atividades e rendas (dentro e fora

da própria exploração) por parte dos agricultores, como também se passará a admitir tal fenômeno como um fator positivo para o desenvolvimento e viabilização de muitas zonas rurais.

A quase totalidade dos esforços acadêmicos debruçados ao estudo da agricultura em tempo parcial, preliminarmente, e da pluriatividade, depois, produziu-se majoritariamente no plano dos países desenvolvidos. Apesar de surgirem alguns estudos pioneiros na África e na América Latina (ver Christodoulou & Okafor citados em Cavazzani & Fuller, 1982), poucas investigações enfocaram a questão sob o prisma dos países em vias de desenvolvimento. É tão somente a partir da segunda metade dos anos 80 e princípio dos anos 90 que começa a surgir um maior número de investigações orientadas a captar a dinâmica dos processos que têm lugar na sociedade rural, sem centrar-se única e exclusivamente em fatores relacionados com a agricultura. Estudos como os de Klein (1992) e Weller (1997) não só tratam de acercarem-se ao objetivo de estimar a magnitude do emprego rural não-agrário na América Latina, mas igualmente tipificar-lhe e demonstrar a necessidade de que seja fortalecido, seja como forma de ocupar a mão-de-obra familiar, seja como mecanismo destinado a aumentar a renda dos grupos domésticos. Ambos autores mostram que, do mesmo modo ao que ocorre nos países centrais, a capacidade da agricultura para absorver a mão-de-obra nas comunidades rurais dos países periféricos é cada vez menor, cobrando importância crescente de outras atividades rurais, especialmente as não-agrícolas. Os também chamados “ingresos extra-prediais” (Piñeiro, 1985; Palau Viladesau & Heikel, 1987) assumem, nestes trabalhos, um papel preponderante na percepção de um processo que começará a incidir de modo generalizado em todo o continente latino-americano (De Janvry et al., 1989; Ortega, 1992). Ainda que essa tendência siga pautas e circunstâncias distintas nos distintos países, segundo o respectivo nível de desenvolvimento das forças produtivas, o traço comum, em todos eles, reside no fato de entender que o emprego rural não-agrícola cresce mais rapidamente que o agrícola (Kay, 1995).

Com respeito ao Brasil, o estudo sobre a agricultura em tempo parcial e a pluriatividade apenas foi iniciado. Destarte, a maior parte das investigações centra-se no âmbito da Região Sul, por ser essa uma parte do País, no qual dito fenômeno, historicamente, assumiu maior relevância. Antes, porém, de avaliar sua importância em termos econômicos e sociais e de desentranhar certos aspectos que expliquem as características que a pluriatividade assume no Brasil

meridional, dedicaremos a próxima seção à análise de alguns elementos relativos ao processo de formação de sua estrutura social.

## COLONIZAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Integrada pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o Sul é a segunda região mais importante em termos econômicos, justamente depois do lugar ocupado pela Região Sudeste, liderada pelo Estado de São Paulo. O último censo demográfico realizado no País (IBGE, 2000) registrou uma população total de 25,1 milhões de habitantes na Região Sul, sendo Rio Grande do Sul o Estado mais populoso (10,18 milhões), seguido do Paraná (9,56 milhões) e Santa Catarina (5,35 milhões). A mesma fonte indica que tão somente 19,06% da população sulista (4,78 milhões de pessoas) vive no ambiente rural, proporção esta menor do que a apontada no censo demográfico de 1991, equivalente a 25,9%. A importância econômica da Região Sul reflete-se no fato de que, ocupando apenas 6,7% da área total do território brasileiro, essa região é praticamente responsável por quase 19% do PIB brasileiro e por 26% das exportações totais.

Em termos dos indicadores sociais, a privilegiada situação da Região Sul, com respeito às demais regiões brasileiras, não só é consequência da qualidade e eficiência de suas estruturas produtivas, mas também das singulares características em que se deu o processo de colonização iniciado a partir da segunda metade do século 19. Esse processo, em sua complexidade e abrangência, produziu pelo menos dois grandes desdobramentos: em primeiro lugar, porque contribuiu para a constituição, nessa parte do País, do mais importante setor de agricultores familiares do Brasil; em segundo lugar, porque sentou as bases e fundamentos que, posteriormente, desencadearam o processo de industrialização regional. Tais efeitos estiveram estreitamente ligados ao protagonismo desempenhado pelos colonos provenientes da Europa (alemães, italianos e poloneses), que incorporaram ao tecido social regional um *ethos* singular (Gaiger, 1994; Tedesco, 1999) que plasmava os traços típicos do campesinato centro-europeu, principalmente ao que se refere ao dinamismo para a diversificação econômica das unidades familiares de produção.



As análises costumam coincidir no entendimento de que as raízes da industrialização das zonas setentrionais do Rio Grande do Sul e da vertente norte e oriental de Santa Catarina encontram-se precisamente associadas ao florescimento desta “agricultura colonial” e ao processo de acumulação de capital daí resultante, um fenômeno no qual assume importância decisiva para o conhecimento técnico dos imigrantes. Para isso haveria de crescer a intensa articulação que se foi desenvolvendo entre certos gêneros da atividade industrial e as estratégias adotadas pelas famílias rurais para garantir sua reprodução material, conferindo à dinâmica social e econômica da Região Sul, um traço peculiar que lhe distingue de outras regiões brasileiras<sup>6</sup>. Os traços singulares do modelo de desenvolvimento industrial da Região Sul do Brasil têm sido analisados por autores como Ignacy Sachs (1990) que precisamente destaca:

“Las experiencias recientes de colonización de tierras vírgenes (no Brasil) han sido decepcionantes. Sin embargo, en los Estados del Sur surgió en el pasado un modelo de desarrollo caracterizado por una configuración rural-urbana equilibrada, una agricultura campesina exitosa e la instalación de empresas industriales de pequeña y mediana escala” (Sachs, 1990, p. 252-253).

Ainda que não necessariamente centrados no tema da agricultura em tempo parcial e da pluriatividade, os estudos pioneiros de Seyferth (1974, 1985, 1987) tiveram o mérito de trazer à tona as particularidades de uma categoria social até então ignorada nos trabalhos sobre o meio rural brasileiro. Suas referências ao chamado “colono-operário” do Vale do Itajaí e do Litoral Norte catarinense, ao que poder-se-ia incluir o Vale dos Rios Sinos e Caí, no Rio Grande do Sul, mostravam a versão brasileira do *worker-peasant* que aparece referida em muitos estudos europeus, como os desenvolvidos por Franklin (1969) em sua obra seminal. Posteriormente, já no auge dos anos 90, surgiram os primeiros estudos específicos sobre a agricultura em tempo parcial na Região Sul do Brasil, como os de Schneider (1994; 1995), sobre o Rio Grande do Sul, e os de Sacco dos Anjos (1994, 1995a,; 1995b, 1995c), nos quais se analisa o fenômeno da

---

<sup>6</sup> Neste sentido, podemos tomar os casos do setor couro-calçadista no Rio Grande do Sul (Schneider, 1999a, 1999b) e de outros importantes gêneros industriais de Santa Catarina (têxtil-confecção e o metalúrgico-mecânico) como exemplos representativos desse modelo de articulação entre famílias camponesas e indústria que alguns autores denominam Modelo NEC ou Terceira Itália (ver especialmente RAUD (1995a, 1995b, 1999).

combinação alternativa de rendas e atividades (agrárias e não-agrárias) como estratégia de adaptação e resistência das famílias rurais.

A incorporação posterior da “pluriatividade” à literatura sociológica e econômica brasileira dar-se-á na segunda metade dos anos 90, coincidindo com o aparecimento de novos trabalhos que tratam de explorar outras dimensões do fenômeno, mais além de sua estreita associação com os processos de industrialização regional. Mas já nos primeiros estudos (ver Sacco dos Anjos, 1994, 1995) demonstrava-se que não se trata simplesmente de uma estratégia de adaptação que de modo exclusivo incide em famílias camponesas detentoras de explorações não-competitivas do ponto de vista técnico e econômico, mas que igualmente alcança unidades familiares modernizadas e fortemente integradas aos mercados. Nessas explorações tecnificadas, mediante esse recurso, as famílias não só buscam ocupar a mão-de-obra deslocada pela crescente tecnificação das atividades agrícolas e aumentar a renda total como também diversificar o uso dos recursos naturais e produtivos disponíveis.

Já no começo dos anos 1990, desenvolveu-se no Rio Grande do Sul um estudo levado a cabo pela Emater, no qual foram entrevistadas famílias rurais (15.277 pessoas) residentes em 3.584 estabelecimentos rurais gaúchos (Brumer, 1999). Apesar de centrada na questão do tempo de trabalho, a pesquisa gerou dados bastante interessantes.

De fato, como afirma Brumer (1999, p. 237), do total de população ativa residente no meio rural do Rio Grande do Sul (dedicada a atividades agrícolas e não-agrícolas), 72,1% trabalhavam “em tempo integral” e 15,5% em tempo parcial em suas próprias explorações, ao passo que a proporção de pessoas que trabalhavam fora de suas explorações equivalia a 12,4%. Resulta, portanto, que as pessoas parcialmente dedicadas à exploração familiar e as que trabalhavam exclusivamente fora das mesmas concentravam nada menos que 28% da população no meio rural gaúcho. Além desse estudo, há que destacar o denominado “Projeto Rurbano”, iniciativa acadêmica surgida em 1997, que, até o presente momento, representa o mais importante esforço orientado a quantificar o fenômeno da pluriatividade no País e outras mudanças no campo. Esse projeto de investigação situa esse fenômeno no marco das grandes transformações que experimenta a sociedade rural brasileira, destacando principalmente as mudanças produzidas na estrutura das ocupações e no mercado de trabalho, assim

como o crescente protagonismo das atividades extra-agrícolas nos processos de reprodução social das famílias rurais<sup>7</sup>.

Não obstante, e antes de analisar com maior detalhe o fenômeno da pluriatividade no Sul do País, dedicaremos a secção seguinte ao estudo da estrutura agrária dessa Região e a evolução que se seguiu à luz das mudanças introduzidas pela modernização conservadora da agricultura brasileira. Concretamente, analisar-se-á o entorno econômico em que operam as explorações familiares sulistas e os efeitos que a modernização produziu sobre a organização destas unidades de produção e em suas respectivas estratégias de subsistência e adaptação.

### MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA E EXCLUSÃO SOCIAL NA REGIÃO SUL

A Região Sul é indiscutivelmente a principal zona agrícola do Brasil. Nela é cultivado cerca de 40% da área total de cultivos de ciclo anual do País, destacando-se o caso do trigo (92%), tabaco (86,5%), soja (51%), milho (46,3%) e algodão (37,4%). Seu protagonismo é igualmente acentuado nos cultivos de clima temperado, como a maçã (97,6%), pêra (63,2%), uva (73,6%) e pêssego (81,1%) (IBGE, 1995). Com respeito à produção animal, a suinocultura e a avicultura representam setores nos quais a posição da Região Sul é preponderante em relação ao resto do País, concentrando respectivamente cerca de 32% e 47% dos rebanhos suínico e avícola brasileiros. Tal posição está associada ao fato de que o Brasil se situa entre os três maiores países exportadores de carne de frango do mundo, sendo a integração vertical o sistema de relação predominante entre grandes complexos agroindustriais e unidades familiares de produção, havendo gerado inclusive novas formas de cooperação econômica, como no caso dos condomínios agrários (ver Sacco dos Anjos & Moyano Estrada, 2001).

---

<sup>7</sup> Em sua primeira edição, o Projeto Rurbano incluía, na Região Centro-Oeste, somente Brasília, DF como objeto de investigação, enquanto no Nordeste do País o estudo abordou os Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia. A Região Sudeste inclui São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; na Região Sul o estudo abarca os três Estados (RS, SC e PR). Os recursos da Fapesp, Secretaria de Desenvolvimento Rural e CNPq representam as principais fontes de financiamento do Projeto Rurbano. Para maiores informações ver <http://www.econ.unicamp.br/projetos>.

Segundo os critérios adotados no Relatório FAO (1996) para medir a importância da agricultura familiar, as explorações deste tipo representam 85,2% do total de estabelecimentos rurais brasileiros, dispendo de apenas 30,5% da área do país e 25% do crédito rural concedido às atividades agropecuárias, sendo, no entanto, responsáveis por nada menos que 37,9% do valor da produção nacional. Se consideramos o valor da renda total agropecuária de todo o Brasil, as unidades familiares respondem por 50,9% de um total de aproximadamente R\$ 22 bilhões. É indiscutivelmente no Brasil meridional que encontramos a maior proporção de agricultores familiares do Brasil (cerca de 22%), concentrando 18% da área total e sendo responsáveis por nada menos que 47% do valor bruto da produção agropecuária destas explorações e por 56% do valor de financiamento total concedido a este tipo de estabelecimento no Brasil. No âmbito específico da Região Sul, a agricultura familiar representa 90,4% do total de estabelecimentos rurais, mas concentra apenas 43,7% da área agrícola total, apesar de participar com 57,1% do valor bruto da produção agropecuária. Há que advertir que esta participação se dá no contexto da quase total inexistência de uma política agrícola especificamente orientada a apoiar esta forma de produção, que ao longo dos últimos decênios serviu-se de menos de 1/3 do crédito agrícola concedido à agricultura.

A forma adotada pela modernização agrária brasileira, tal como aludimos anteriormente, tem sido qualificada por diversos autores (Guimarães, 1979; Graziano da Silva, 1982, 1983; Martine, 1987) como “conservadora” por haver contribuído no sentido de manter, e até mesmo aprofundar, o alto nível de concentração fundiária, associado à ausência de medidas efetivas para a redistribuição da propriedade da terra. Além de provocar um êxodo rural sem precedentes, assim como de intensificar a concentração da terra, de favorecer os grandes produtores e os cultivos de exportação, de impulsionar a transferência de renda e recursos ao setor urbano-industrial, de contribuir para a concentração urbana e os problemas a ela associados (elevada congestão dos núcleos urbanos, marginalização social, etc.), outros aspectos implicados a este processo tem vindo à tona graças aos estudos que recentemente vêm sendo levados a cabo sobre a realidade nacional. O aspecto novo que surge a partir destes trabalhos, está em relacionar tais mudanças com o processo geral de transformação que experimenta a sociedade brasileira em seu conjunto e de detectar impactos até então desconhecidos sobre o campo brasileiro, como o fato de que a moder-

nização, por suas características intrínsecas, tem simultaneamente provocado o envelhecimento e masculinização da população rural (Schneider, 1994; Camarano & Abramovay, 1997; Abramovay et al., 1997; Brumer, 1999; Sacco dos Anjos, 2000).

Como é sabido, o auge da modernização agrícola brasileira coincidiu com o período compreendido entre 1965 e 1979, no qual, sob a égide dos governos militares, e mediante um ambicioso programa de crédito agrícola fortemente subsidiado, houve um intenso processo de mecanização e incorporação de insumos industriais à produção agropecuária. Através da abertura de novas terras da fronteira agrícola da Região Centro-Oeste, amplia-se notavelmente<sup>8</sup> a base agrária de produção. Essa dinâmica se amplia sobretudo em função dos interesses do grande capital na valorização de seus ativos (territorialização do capital) e dos generosos subsídios oferecidos pelos governos da ditadura militar para a ocupação de novas terras. O aumento vertiginoso da produção agropecuária resultou do efeito simultâneo da ampliação da superfície agrícola e da intensificação produtiva via introdução massiva de insumos modernos no contexto de uma crescente “industrialização da agricultura” (Graziano da Silva, 1982, p. 123-124). Diante desse quadro houve novos ciclos de reconcentração da posse da terra no Brasil.

Com o fim do regime militar, na segunda metade dos anos 80, o processo de modernização não se interrompe, mas modifica algumas de suas orientações iniciais, tendo em vista alterações substanciais na natureza da intervenção estatal. De fato, como mostra Belik (1997), instaura-se no Brasil um novo padrão de intervenção na agricultura que implicou, entre outras coisas, na transferência aos mercados da tarefa de regular os preços agrícolas e numa considerável retirada de mecanismos de proteção do setor agrário, num contexto de crescente abertura comercial e liberalização das importações agrícolas. O resultado concreto e imediato desse novo modelo de intervenção tem sido uma sensível diminuição na área cultivada das grandes culturas (especialmente arroz,

---

<sup>8</sup> Segundo as estimativas de Riff (1988, p. 101), no auge dos anos 1970 foram incorporados cerca de 15 milhões de hectares de novas terras de cultivo no Brasil, sendo mais de 4 milhões apenas na Região Centro-Oeste. Este autor sublinha a existência de cinco grandes fatores determinantes: o aumento exponencial do crédito subsidiado; os incentivos destinados ao objetivo de auto-suficiência na produção de trigo; a demanda crescente da cana-de-açúcar decorrente do Proálcool; a elevação dos preços internacionais dos produtos agrícolas; e o relativo grau de eficiência da política de preços mínimos levada a efeito nessa mesma década.

milho, trigo e algodão), um declínio das rendas agrárias e uma pronunciada desativação de explorações agrárias, sobretudo no âmbito da agricultura empresarial, tendo em vista a perda de atratividade da agricultura enquanto objeto de investimento e lucratividade. Paradoxalmente, o descenso da área cultivada – e isso aparece claramente no caso da Região Sul do Brasil – coincidiu com um aumento na produção agrícola, especialmente no que podemos considerar como cultivos dinâmicos (destinados à exportação e/ou substituição de importações). Os dados apresentados na Tabela 1 retratam este quadro, tanto do ponto de vista regional como dos Estados que a integram.

A primeira das três grandes colunas refere-se à disponibilidade de área para cultivos anuais ou permanentes e revela que houve uma redução absoluta, para a região em questão, da ordem de 2,200 milhões de hectares, ou o que equivale a 15,3%. É, entretanto, na segunda coluna onde aparecem refletidas as mudanças a que nos estamos referindo. Arroz, milho, soja e trigo compõem o conjunto que chamamos de “grandes cultivos” (GC), responsáveis, em 1995, por cerca de 83% de toda a área colhida na agricultura sulista e por respectivamente 54,9% e 33,5% do valor bruto da produção vegetal e do valor agrícola bruto total da produção regional, que somam o equivalente a R\$14.973.236. Os dados permitem-nos ver que entre 1985 e 1995 a área colhida com os GC

**Tabela 1.** Evolução da área de plantio, da área colhida de um conjunto de grandes cultivos (GC) e da produção em toneladas entre os anos 1985 e 1995 nos Estados e da Região Sul.

Unidade	Em números absolutos					
	Área de plantio (ha)		GC – Área colhida (ha) <sup>(1)</sup>		GC – Produção (ton) <sup>(1)</sup>	
	1985	1995	1985	1995	1985	1995
RS	6.592.085	5.635.362	6.787.836	4.984.251	12.581.186	12.241.865
SC	1.868.832	1.570.420	1.374.508	1.034.087	2.790.329	3.211.446
PR	6.062.559	5.100.509	5.416.129	4.805.425	10.859.641	13.635.961
Região Sul	14.523.476	12.306.291	13.578.473	10.823.763	26.231.156	29.089.272
	em números relativos					
RS	100,0	85,5	100,0	73,4	100,0	97,3
SC	100,0	84,0	100,0	75,2	100,0	115,1
PR	100,0	84,1	100,0	88,7	100,0	126,0
Região Sul	100,0	84,7	100,0	79,7	100,0	111,0

<sup>(1)</sup> Inclui o arroz, trigo, milho e soja.

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 1997, 1998).

supôs uma redução absoluta de 2.754.710 ha (20,3%). Entretanto, a produção conjunta cresceu o equivalente a 2.858.116 t, ou aproximadamente, 11%.

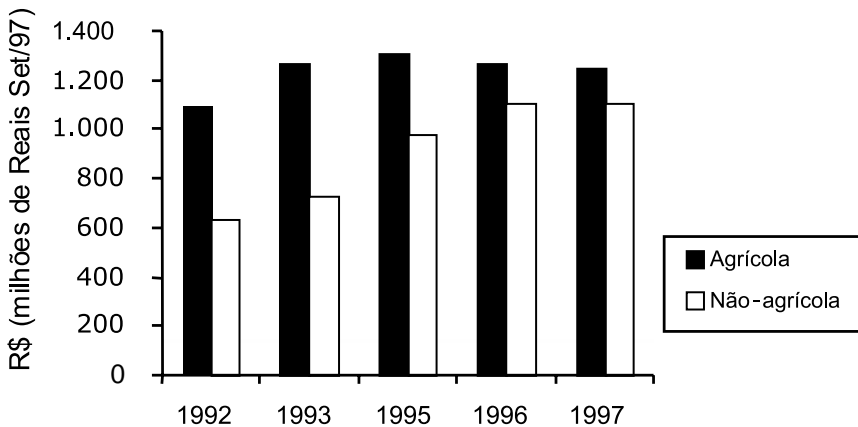
A explicação para este quadro há que se buscar no fato de que os anos 90 coincidiram com um aumento generalizado da produtividade agrária, sendo o principal detonador dessa dinâmica o efeito combinado do declínio geral dos preços agrícolas nos mercados nacionais e internacionais e a elevação substancial dos custos de produção. Assim, a principal implicação dessa tendência consistiu na reiterada destruição de postos de trabalho na agricultura. Os dados da Tabela 2 mostram que entre 1985 e 1995 houve uma redução de quase 25% no conjunto de pessoas ocupadas na agricultura ou nada menos que 1,1 milhão de pessoas em termos absolutos para o conjunto da Região Sul.

**Tabela 2.** Evolução do pessoal ocupado segundo a condição de trabalho (Titular e ajudas familiares; empregados permanentes e temporários, parceiros e outra condição) nos anos de 1970, 1980, 1985 e 1995 nos Estado do Sul.

Condição	1970		1980		1985		1995	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
<b>Rio Grande do Sul</b>								
Titular e familiares	1.314.904	90,9	1.502.023	86,0	1.492.886	85,4	1.180.224	85,7
Emp. permanentes	63.573	4,4	110.030	6,3	122.640	7,0	105.738	7,7
Emp. temporários	49.468	3,4	113.879	6,5	106.365	6,1	64.605	4,7
Parceiros	12.862	0,9	14.217	0,8	11.418	0,7	13.559	1,0
Outra condição	6.006	0,4	6.081	0,4	14.623	0,8	12.896	0,9
Total	1.446.813	100,0	1.746.230	100,0	1.747.932	100,0	1.377.022	100,0
<b>Santa Catarina</b>								
Titular e familiares	708.436	92,8	741.398	88,6	773.675	87,2	618.748	86,1
Emp. permanentes	17.870	2,3	35.830	4,3	42.381	4,8	42.505	5,9
Emp. temporários	30.483	4,0	53.345	6,4	61.893	7,0	46.988	6,5
Parceiros	4.118	0,5	4.004	0,5	3.725	0,4	5.017	0,7
Outra condição	2.594	0,4	2.178	0,2	5.613	0,6	5.436	0,8
Total	763.501	100,0	836.755	100,0	887.287	100,0	718.694	100,0
<b>Paraná</b>								
Titular e familiares	1.696.284	85,6	1.369.230	75,7	1.374.983	74,1	983.329	76,4
Emp. permanentes	132.073	6,7	193.185	10,7	167.798	9,1	143.124	11,1
Emp. temporários	119.126	6,0	190.483	10,5	254.404	13,7	118.699	9,2
Parceiros	24.607	1,2	50.093	2,8	37.501	2,0	18.363	1,4
Outra condição	9.381	0,5	4.835	0,3	20.377	1,1	24.117	1,9
Total	1.981.471	100,0	1.807.826	100,0	1.855.063	100,0	1.287.632	100,0

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do Deser (Departamento..., 1992) e Censo Agropecuário 1995/1996 (IBGE, 1997, 1998).

Esse declínio afetou tanto a categoria de assalariados como a de titulares de pequenas explorações e ajudas familiares, fato este explicado, de um lado, pela mencionada desativação de setores da agricultura empresarial – que produziu importantes demissões na mão-de-obra ocupada nestas grandes empresas – e, de outro, pela crise de capitalização sofrida pelas explorações familiares incorporadas ao processo de modernização e posteriormente remetidas a uma espiral de endividamento. Os anos 90, como mostra a Fig. 1, estiveram marcados por um acentuado desencontro entre o comportamento das rendas agrárias e das rendas não-agrárias. Tanto a crescente abertura comercial e liberalização das importações, quanto a drástica retirada de subsídios à agricultura, atuaram no sentido de aprofundar e consolidar dito processo. A este fato haveria que somar o processo de integração protagonizado com a criação do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), que, ao expor o setor agrário brasileiro à concorrência comercial, sobretudo com os produtores de Argentina e Uruguai, acentuou ainda mais o queda das rendas agrárias. O Mercosul particularmente engendrou efeitos negativos no âmbito da Região Sul, e aos produtores familiares sulistas em especial, em que pese o fato de que muitos cultivos e atividades



**Fig. 1.** Evolução da renda total das pessoas residentes no meio rural do Brasil de acordo com o setor de ocupação entre os anos 1992 e 1997.

Fonte: Projeto Rurbano, Estatísticas Especiais: utiliza-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC – como deflator.



agrícolas identificarem-se com os desenvolvidos nos países vizinhos que, indiscutivelmente, competem pelos mesmos mercados. No ano de 1997, como demonstra a Fig. 1, a diferença entre rendas agrícolas e não-agrícolas declina consideravelmente, indicando uma tendência bastante regular ao longo do período.

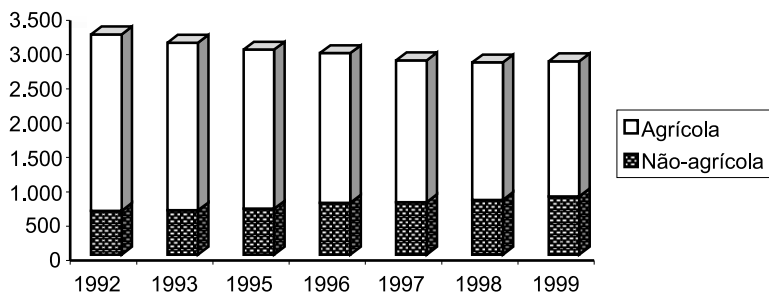
## A PLURIATIVIDADE NA REGIÃO SUL

Tudo indica que a pluriatividade das famílias rurais na Região Sul e o aumento na população rural ocupada em atividades rurais não-agrícolas representam fenômenos convergentes e que se reforçam mutuamente. A pluriatividade se apresenta vinculada a uma série de fatores aos quais fizemos menção anteriormente. De um lado, por sua estreita associação com o processo de industrialização regional e com a crescente unificação do mercado de trabalho urbano e rural, e, de outro, com os mecanismos de adaptação das explorações familiares diante das crescentes dificuldades de reproduzirem-se no marco estrito e exclusivo da atividade agrícola e das rendas que esta lhe permite obter. O cenário recessivo imposto sobre a agropecuária brasileira desde o final dos anos 80, sob a égide do novo padrão de intervenção estatal, produziu importantes efeitos restritivos no que afeta à sua capacidade de ocupação da força de trabalho e geração de rendas agrícolas. O aumento de produtividade das explorações agrárias, a queda dos preços dos produtos agrícolas e a liberalização dos mercados imposta pelas novas regras de ajuste estrutural e o processo de integração internacional, são elementos que conjuntamente atuaram no sentido de reforçar esta dinâmica, favorecendo o desenvolvimento da pluriatividade como recurso complementar e acessório adotado por boa parte das famílias rurais.

Desafortunadamente, as estimativas relativas à incidência do fenômeno da pluriatividade variam enormemente em virtude da insuficiência dos dados e das diferentes metodologias empregadas. Apesar disso, a maior parte dos estudos manifestam a importância crescente do emprego não-agrícola no conjunto da população rural, sendo este um indicador bastante significativo a respeito deste fenômeno. Os dados que a seguir apresentaremos são bastante eloquentes, mostrando que o mundo rural da Região Sul inseriu-se numa dinâmica social e econômica que supera os limites estritos do comportamento da agricultura.

A partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD –, realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – em todo território nacional, bem como de aproximações estatísticas e tabulações realizadas sob a égide do Projeto Rurbano, é possível comprovar o alcance dessas transformações através do exame da evolução da População Economicamente Ativa – PEA – e da PEA restrita. A PEA compreende o conjunto de pessoas de dez ou mais anos de idade que efetivamente trabalharam ou procuraram emprego no mês de realização da pesquisa (setembro), enquanto que a “PEA restrita” corresponde ao conjunto da população economicamente ativa (PEA) descontada dos que informaram haver trabalhado para o próprio consumo, ou construção para o próprio uso, ou mesmo em atividades não remuneradas por menos de 15 horas na semana. Assim, como mostra a Fig. 2, a década de 90 aparece marcada por uma mudança qualitativa bastante interessante no que afeta à evolução da PEA restrita. Há indiscutivelmente um declínio global desta variável, mas o fundamental a registrar recai no crescimento da parte correspondente à parcela da população rural ocupada em atividades alheias à agricultura.

Há também outros aspectos a serem destacados. A Tabela 3 indica a evolução de distintas categorias ocupacionais da população restrita da Região Sul do País e respectivas taxas de crescimento. Os dados confirmam o que havíamos identificado em outro estudo (Sacco dos Anjos, 2000), no sentido de reafirmar que a renovação da força de trabalho urbana reiteradamente está sendo feita à custa do esvaziamento dos espaços rurais, via expulsão demográfica



**Fig. 2.** Evolução da população rural restrita da Região Sul do Brasil, segundo o ramo de atividade entre os anos de 1992 a 1999.

Fonte: Projeto Rurbano (Estatísticas Especiais).

**Tabela 3.** Evolução da população restrita da Região Sul (em mil pessoas), em 1992, 1996 e 1999, segundo condição de domicílio e ramo de atividade e taxas de crescimento.

Situação de domicílio	1992	1996	1999	Taxas de crescimento	
				1992/99	1996/99
Urbana	7.424	8.100	8.434	1,8***	1,3***
Agrícola	537	506	456	-2,9**	-4,5
Não-agrícola	6.887	7.594	7.977	2,1***	1,7***
Rural	3.209	2.935	2.817	-1,9***	-1,3*
Agrícola	2.570	2.182	1.969	-3,9***	-3,3***
Não-agrícola	639	753	848	4,3***	4,1***
Total	10.633	11.035	11.251	0,8***	0,6**

\*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Fonte: Projeto Rurbano (Estatísticas Especiais; setembro de 2000).

seletiva, entendida aqui como a remessa às cidades das faixas etárias mais jovens da mão de obra rural. No ambiente urbano o intervalo mais amplo da década de 90 (1992/1999) indica uma taxa de incremento equivalente a 1,8%, ao passo que o período de 1996 a 1999 identifica um aumento mais moderado, da ordem de 1,3%. A situação é diametralmente oposta no plano do espaço rural do Brasil Meridional, o qual experimenta taxas negativas de crescimento da PEA restrita neste período (-1,9% entre 1992 e 1999 e -1,3% entre 1996 e 1999). Entrementes, o fato que merece ser destacado se prende ao comportamento da PEA rural restrita ocupada em atividades agrícolas que revela um comportamento francamente declinante no mesmo intervalo de tempo e altamente significativo em termos estatísticos (- 3,9 % entre 1992 e 1999 e - 3,3 % entre 1996 e 1999). Entretanto, quando examinamos a evolução da PEA rural restrita ocupada em atividades não-agrícolas vemos um quadro totalmente distinto, compreendendo este subgrupo aquele que experimentou as mais altas taxas dentre todas as categorias examinadas (4,3 % entre 1992 e 1999 e 4,1% entre 1996 e 1999). Seria este um reflexo circunstancial do quadro regressivo que atravessa o setor agrário nacional, ou, ao contrário, trata-se de uma tendência que se consolida em tempos de “desregulação” da atividade agropecuária como instrumento de geração de riqueza e de ocupação da população rural? Ademais, poder-se-ia igualmente indagar: quais são as culturas e/ou atividades agrícolas, cujo comportamento

permite explicar o quadro declinante na ocupação e/ou emprego das pessoas na Região Sul do Brasil?

As informações aqui reunidas permitem identificar algumas possíveis respostas a essas grandes questões, considerando que estamos diante de um universo de mudanças que só agora começa a ser percebido pela academia brasileira. No que afeta ao segundo grande questionamento anteriormente referido, vemos refletidas, com base nos dados da Tabela 4, algumas das respostas para entender o quadro declinante da agricultura. Se a criação de animais revelou uma trajetória ascendente com o intuito de obter capacidade de absorção da força de trabalho rural, no extremo oposto vemos as grandes culturas, especialmente a soja e o milho, como altamente declinantes em termos da população ocupada, tendência esta a que já havíamos feito referência ao abordar os dados relativos ao último censo agropecuário. Juntas, ambas culturas são responsá-

**Tabela 4.** Evolução da população restrita ocupada segundo a área censitária, situação de domicílio, ramos e setores de atividades na Região Sul do Brasil entre os anos 1992 e 1999.

Setor principal da população ocupada na agricultura	População ocupada (em mil pessoas)							Taxas cresc. % a.a.	
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99	1996/99
Culturas diversas	322	406	396	316	360	331	392	0,2	5,8
Animais – criação	250	294	353	275	326	331	362	4,0**	8,8**
Milho	723	683	548	576	384	352	343	-11,1***	-15,1*
Soja	414	360	347	357	357	327	280	-3,9***	-7,9**
Tabaco	324	221	228	240	219	237	172	-5,2**	-8,8
Produção de verduras	58	71	100	106	115	122	99	9,4***	-1,5
Cafeicultura	134	99	62	68	76	85	87	-5,0	9,2***
Orizicultura	53	53	51	31	49	34	58	-2,3	16,3
Mandioca	50	40	47	52	51	46	48	0,8	-3,5
Criação de aves	53	58	63	52	47	58	43	-2,5	-3,9
Cana de açúcar	21	22	15	18	15	17	18	-3,4*	1,3
Silvicultura	25	23	23	22	15	18	17	-5,9***	-4,9
Pesca	7	7	9	10	9	8	11	4,1**	0,4
Total rural agrícola <sup>(1)</sup>	2.570	2.442	2.318	2.182	2.066	2.002	1.969	-3,9***	-3,3***

\*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

<sup>(1)</sup> Incluímos aqui apenas os setores e culturas mais importantes, razão pelo qual a soma dos mesmos é inferior ao total Rural.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

veis, no ano 1999, por nada menos que 32% da população rural ocupada em atividades agrícolas. Trata-se de uma tendência recorrente, na tentativa de busca pelo incremento de produtividade das grandes culturas no Brasil Meridional, empurrada, sobretudo, pela ênfase generalizada entre os produtores, no objetivo de redução dos custos de produção via incorporação de tecnologias poupadoras do fator trabalho.

O alcance e incidência da pluriatividade no meio rural do Sul do Brasil, até o presente momento, somente pode ser avaliado do ponto de vista de estudos realizados em nível local ou na perspectiva das estatísticas demográficas e de ocupação da força de trabalho. Nesse contexto, o censo agropecuário, realizado a cada dez anos, ainda não permite captar a natureza e dimensão das rendas não-agrícolas e tampouco as características dessas ocupações e atividades desenvolvidas pelo conjunto dos membros das famílias, tanto no interior como fora da própria exploração familiar. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é indiscutivelmente a fonte mais atualizada de informações, sendo anualmente realizada em todo o território nacional, através da qual é possível chegar a aproximações em relação ao fenômeno enfocado, tanto do ponto de vista dos indivíduos quanto das famílias rurais. No âmbito do Projeto Rurbano, tomamos por base a “família rural extensa”, considerada, portanto, como unidade pertinente de análise, sendo definida como “um conjunto de pessoas que constituem um agregado familiar (a família nuclear e seus parentes) e que residem nos domicílios particulares permanentes”.

Com base nesses critérios, estabelecem-se cinco grandes categorias de famílias extensas: a) famílias de empregadores que contratam trabalhadores permanentes; b) famílias de “conta-própria”, onde se acha essencialmente incluído o universo de agricultores familiares; c) famílias de trabalhadores ocupados; e d) famílias de desocupados e não-ocupados, ou seja, que declararam não haver exercido trabalho na semana de referência da entrevista, compreendendo, essencialmente, as famílias de aposentados, pensionistas e desempregados. Todos os tipos de famílias, residentes no meio urbano ou rural, à exceção da categoria de “desocupados”, foram classificados também como famílias agrícolas, não-agrícolas e famílias pluriativas. As famílias agrícolas são aquelas em que todas as pessoas da família extensa estavam exclusivamente ocupadas em atividades agropecuárias na semana de referência da PNAD, tendo em conta não só a ocupação principal como as ocupações secundárias de seus membros. As famílias “não-agrícolas” representam a situação diametralmente oposta. Finalmente,

as famílias “pluriativas” são aquelas em que ao menos um dos membros ativos da família extensa declarou haver exercido atividades não-agrícolas, seja enquanto atividade principal, seja enquanto atividade secundária. Feitos estes esclarecimentos conceituais, analisemos agora os dados disponíveis.

Examinando os dados da Tabela 5, vemos que as famílias rurais extensas de tipo “conta-própria” são as mais importantes em termos numéricos (53,4% do total). No interior dessa categoria, a agricultura representa a atividade principal (70,8%), seguida do tipo pluriativo (17,9%) e não-agrícola (11,3%). Chama a atenção o fato das atividades não-agrícolas representarem o subtipo familiar mais importante no plano dos trabalhadores ocupados com 48,1% de um total de 512 mil famílias rurais. Vemos também que os “conta-própria” e “trabalha-

**Tabela 5.** Distribuição das famílias rurais extensas (em mil famílias) existentes no conjunto da Região Sul, e participação porcentual segundo a categoria ocupacional no ano de 1999.

Tipo de família	Ano 1999	
	Número	% <sup>(1)</sup>
De empregadores	61,0	1,6
Agrícola	26,0	26,7
Pluriativa	18,0	17,1
Não-agrícola	17,0	56,2
De conta-própria	715,0	53,4
Agrícola	478,0	70,8
Pluriativa	146,0	17,9
Não-agrícola	91,0	11,3
De trabalhadores ocupados	512,0	33,2
Agrícola	198,0	37,0
Pluriativa	47,0	14,9
Não-agrícola	267,0	48,1
De desocupados	133,0	7,6
Total	1.421,0	100,0

<sup>(1)</sup> Os percentuais expressam a distribuição no conjunto das categorias de famílias da Região Sul do Brasil, segundo seus respectivos subtipos (agrícola, pluriativa e não-agrícola).

Fonte: Projeto Rurbano (Estatísticas especiais).

dores ocupados” somam um total de um 1.227.000 mil famílias rurais extensas na Região Sul do Brasil (86,3% do total), no qual apenas 55,1% correspondem à condição de “exclusivamente agrícolas”. O terceiro aspecto que deve ser destacado corresponde à condição de trabalhadores desocupados, que soma um total de 133 mil unidades familiares, compreendendo não só os grupos domésticos de aposentados e pensionistas mas também de desempregados eventuais. Temos aqui claramente identificado o que vem sendo chamado de “outros papéis do mundo rural”, considerando fundamentalmente o fato de que um amplo e crescente setor da população opta por permanecer no meio rural à espera de uma situação mais favorável no mercado de trabalho agrícola e não-agrícola, que parecem propensos a unificarem-se. Todavia, há que reconhecer a importância da ampliação do universo de cobertura da previdência social rural com o propósito de favorecer a permanência de famílias rurais de agricultores aposentados em seus locais de origem.

### PLURIATIVIDADE E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

A importância da pluriatividade não reside simplesmente em suas características intrínsecas, como manifestação resultante do processo de ajuste estrutural e adaptação da agricultura de base familiar, mas por representar a materialização objetiva de uma clara ruptura nos velhos esquemas e ordenamentos políticos radicados numa visão dicotômica da realidade social que converteu o mundo rural, sobretudo do ponto de vista dos países em desenvolvimento, em algo absolutamente desprovido de significado e transcendência ante a exaltação dos valores de uma sociedade urbano-industrial. O grande projeto inspirado nas teorias da modernização dos anos 50 e 60 consolidou os fundamentos de que nos países ibero-americanos se conhece como “*productivismo a ultranza*”.

Assim, sob o peso dos esquemas “dualistas-difusionistas”, o Brasil esteve submetido a um modelo cuja característica essencial reside no que a tipologia de Biswanger (1994) define como de “expulsão prematura de trabalho” (EPT). O também chamado “padrão EPT” (Veiga, 1997, p. 4) assenta-se sobretudo no acentuado viés urbano na alocação de recursos e em uma total subordinação da

agricultura e do mundo rural ao papel de financiar e sustentar os processos de expansão urbana e industrial, considerados então como sinônimos dessa concepção hegemônica de desenvolvimento. Apesar dos efeitos perversos produzidos pelo padrão EPT, este não foi suficientemente forte para erradicar a agricultura familiar, um tipo de forma social de produção que é a base essencial e estratégica do modelo redutor de pobreza (Padrão RP) que persegue objetivos antagônicos ao padrão EPT. Com o padrão RP busca-se um modelo de desenvolvimento equilibrado em suas distintas dimensões (social, territorial econômica e política) que integre o meio rural no centro das políticas públicas e que definitivamente rompa com muitos dos vícios do passado.

O caso brasileiro é indiscutivelmente emblemático para descrever a trajetória de uma sociedade cujas elites políticas sempre optaram por ter ao seu dispor, sob a égide do padrão EPT, um extenso setor de trabalhadores no campo e na periferia das grandes cidades, penderes de empregos sempre precários e instáveis, em lugar de alternativamente fomentar a consolidação de uma classe média significativa e de um amplo universo de agricultores. Não causa estranheza a nenhum observador da realidade brasileira o fato de que as regiões que desde os últimos anos tenham apresentado os mais altos índices de desenvolvimento, segundo critérios internacionais (ver Programa PNUD/IPEA, 1996 e 1998), sejam justamente regiões caracterizadas pela majoritária presença da agricultura familiar enquanto forma social de produção. Ao longo de nossa exposição insistentemente deixamos claro esse aspecto, tanto no momento de descrever os traços essenciais da realidade econômica, social e cultural do Sul do País quanto no instante em que caracterizamos as formas através das quais se manifesta a pluriatividade nessa região.

O crescente desencanto em relação às formas de vida da sociedade urbana, o problema do desemprego estrutural, o desequilíbrio territorial e o esgotamento de recursos naturais não-renováveis formam parte de um caldo de cultivo que conduziu a que desde o âmbito de distintos setores da opinião pública e da classe política se começasse a prestar mais atenção sobre as potencialidades dos espaços rurais. No caso específico da Região Sul, o debate, como antes dissemos, apenas se iniciou, em que pese o fato de estar sendo convertido num tema bastante importante tanto no plano das agendas públicas quanto no âmbito da comunidade científica, comprometida agora com a busca de soluções aos



problemas da sociedade nesses tempos de profunda reestruturação do sistema capitalista em nível mundial.

O novo cenário que se apresenta ao Brasil mostra que, junto à vigência de velhas questões que permanecem insolúveis, como no caso da Reforma Agrária ou dos graves desequilíbrios inter-regionais, surgem outros novos e desafiadores problemas, como o desemprego tecnológico ou os efeitos da crescente liberalização dos mercados, os quais expõem a economia brasileira a uma acirrada concorrência internacional, num contexto marcado pela hegemonia das políticas de corte neoliberal que postulam a retirada do Estado de áreas importantes da atividade produtiva e sensíveis do ponto de vista social. É nesse contexto que cobra importância crescente o “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar” (Pronaf) como reflexo de novas orientações centradas numa dinâmica de atuação política descentralizada e com um forte conteúdo democrático em sua forma de implantação e gestão. Ainda que não se tenha elementos suficientes para uma avaliação aprofundada a respeito do mesmo, não há dúvida de que sua emergência representa um importante avanço enquanto ferramenta potencial para induzir o desenvolvimento agrícola e rural, fortalecer os vínculos intersetoriais e locais, bem como sedimentar a formação de um tecido produtivo mais equilibrado junto às localidades rurais deste País.

Se pretendemos promover a consolidação de um meio rural ativo e diversificado, temos que pensar na necessária articulação das políticas públicas como motor dessa dinâmica, recuperando o protagonismo da intervenção estatal de acordo com essas novas premissas. Entre a opinião pública e a comunidade política brasileira cresce o entendimento de que a busca de solução aos problemas nacionais leve em conta o abandono da velha oposição rural-urbano que pautou nosso passado recente. Nessa nova forma de refletir sobre o futuro do mundo rural parte-se do entendimento de que a industrialização necessariamente não deve implicar em “desruralização”, mas no objetivo de perseguir o equilíbrio social e demográfico dos territórios. No marco desses debates, a pluriatividade adquire importância por representar a articulação material entre a agricultura e outros setores de atividade, contribuindo assim para a fixação das pessoas no meio rural e o fortalecimento da presença da agricultura familiar no campo.

Para argumentar a importância dessas questões basta apenas recordar que o Brasil dispõe ainda de 31,84 milhões de pessoas vivendo em zonas rurais (4,785 milhões no caso da Região Sul), população essa que supera a de muitas nações do planeta, e que deve ser incorporada como segmento ativo de nossa sociedade. Mas o futuro do mundo rural, diferentemente do que até então foi feito, é o de superar a tendência de que a modernização da agricultura converta a população agrícola e rural em clientela cativa de políticas de corte assistencialista e meramente compensatórias. Tampouco parece lógico retroceder ao velho corporativismo agrário que converta a agricultura em vetor essencial da evolução social e motor do desenvolvimento econômico, mas de definir um novo discurso (não-essencialista) sobre a ruralidade, um discurso que, baseado no novo paradigma da multifuncionalidade, reconheça a contribuição da população agrícola à preservação dos recursos naturais e a importância da diversificação de atividades como saída à reiterada e massiva destruição de empregos agrícolas.

## CONCLUSÕES

Neste artigo, a atenção esteve dirigida ao esforço de identificar as principais transformações incidentes sobre a agricultura e o mundo rural da região agrícola mais importante do Brasil. O estudo centrou-se fundamentalmente no tema da pluriatividade, identificando os fatores e circunstâncias que determinam ou favorecem sua emergência e consolidação enquanto fenômeno social e econômico, cuja importância crescente parece inquestionável à luz das pesquisas recentemente desenvolvidas. Não obstante, tal como buscou-se aqui demonstrar, sua emergência responde a certas características e traços estruturais que não podem ser imediatamente estendidos a outras regiões brasileiras, especialmente no que se refere ao protagonismo das explorações familiares e dos processos de ajuste e reestruturação a que estão sendo submetidas, especialmente a partir do último decênio. A esse aspecto haveria que acrescentar a singularidade que apresenta com relação a outras zonas do País, tendo em vista o peso da formação social e cultural das antigas colônias, que não só engendraram a constituição de uma sociabilidade peculiar mas ofereceram um impulso decisivo para a implantação de um modelo de desenvolvimento industrial fortemente diversi-

ficado e flexível, diametralmente oposto ao verificado, por exemplo, no Sudeste brasileiro.

Setores muito importantes da economia sulista, como o têxtil e o calçado, têm sido identificados pelos analistas como exemplos de industrialização difusa, seguindo o chamado modelo NEC ou “Terceira Itália”. Nesse contexto, a complementaridade estabelecida entre o processo de reprodução material das famílias rurais dos descendentes de imigrantes e as estratégias de expansão industrial das empresas parecem inexoravelmente vinculados e mutuamente convergentes, aliança esta materializada de modo claro na já clássica figura do “colono-operário” meridional.

Outrossim, há que destacar que o entorno econômico no qual acha-se imersa a agricultura familiar da Região Sul do Brasil tem sido alterado profundamente. A essência dessas mudanças reside na imposição de dificuldades crescentes no horizonte das possibilidades oferecidas pelas atividades agropecuárias, tanto como fonte de ingresso econômico para a reprodução material destas explorações quanto no que tange à questão da ocupação da força de trabalho dos grupos domésticos. Assim, entendemos que nessa região o processo se desenvolve seguindo pautas e linhas de evolução consoantes com a trajetória experimentada por países centrais e semiperiféricos, nos quais tanto o declínio da população ocupada na agricultura quanto a participação desse setor na economia em geral mostram uma tendência francamente regressiva.

Não obstante, não podemos esquecer que o caráter excludente e conservador da modernização agrária brasileira não fez outra coisa senão reforçar essa mesma dinâmica na medida em que restringiu o espaço de atuação das formas de produção não-capitalistas. Além de promover um êxodo rural sem precedentes, a modernização produziu grandes desequilíbrios demográficos, entre os quais destaca-se o processo de envelhecimento e masculinização da população rural. A esse quadro agregam-se outros fatores, como a crescente importância assumida pelos efeitos da globalização e do processo de integração comercial (Mercosul) que decididamente repercutem sobre o universo de explorações familiares, especialmente no caso das mais débeis, que, por suas características intrínsecas, deparam-se com escassas possibilidades de inserção mercantil, sendo portanto vítimas dessa espécie de *darwinismo* social.

No nosso ponto de vista, parece impossível compreender as mudanças incidentes no âmbito da Região Sul fora deste quadro geral. A premissa fundamental de que parte este estudo é a de que o fenômeno da pluriatividade, surgido até o presente momento de modo espontâneo como resposta das famílias rurais a um contexto de ajuste e reestruturação, pode perfeitamente integrar-se a um novo discurso sobre a ruralidade a ser incorporado como estratégia dos poderes públicos no âmbito de políticas articuladas de corte territorial e não exclusivamente setorial. Nesse contexto, coincidimos com os autores que propugnam a reformulação da questão agrária brasileira, no sentido de que as medidas de superação ultrapassem a simples distribuição de novas terras no marco único exclusivo da produção agrária em si mesma (Graziano da Silva, 1996). Sob esse novo enfoque, o que se pretende é transformar os novos assentamentos, cujo número se multiplica diante da pressão social e do protagonismo dos movimentos sociais, em espaços rurais de produção no sentido amplo da palavra, espaços esses onde além da exploração racional e sustentável dos recursos naturais, a diversificação de rendas e atividades seja igualmente potencializada nos moldes em que opera a pluriatividade. Já existem experiências exitosas no País<sup>9</sup>.

Ainda que de modo indireto, este trabalho pretende incidir neste debate. Entendemos, entretanto, que a pluriatividade não pode ser tomada como panacéia capaz de resolver os grandes problemas que atravessa o meio rural brasileiro. Mas face às enormes e diversificadas demandas da população, haveria que ter em mente todas as vantagens e possibilidades que essa modalidade de organização familiar é capaz de propiciar.

---

<sup>9</sup> Ver especialmente o relatório produzido pela Secretaria da Agricultura do Distrito Federal relativo a projeto intitulado “Prove o gosto da inclusão social”. Em artigo publicado em “O Estado de São Paulo” (“Sem-terra começam a interessar-se pela criação de frangos”) tal iniciativa é apresentada como experiência piloto desenvolvida em municípios do Estado de Goiás. O mesmo vem acontecendo no Rio Grande do Sul com o programa “Sabor Gaúcho” que vem financiando projetos destinados à instalação de agroindústrias em propriedades familiares e em núcleos de assentamento rural. Não se trata simplesmente de buscar novas formas de potencializar a inserção dos produtores assentados em mercados locais e regionais, mas de lançar mão de estratégias com forte conteúdo ético que, no limite, reafirmem a importância de apoiar a Reforma Agrária desde uma perspectiva nova, democrática e com ativa participação dos atores sociais implicados no universo social mais amplo.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N.; FERRARI, D.; SILVESTRO, M. y TESTA, V. M., **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. 1997. Convênio FAO-IN CRA/CP PP-EPAGRI. Mimeografado.
- ARNALTE ALEGRE, E. Agricultura a tiempo parcial y transformaciones del campesinado. **Agricultura y Sociedad**, Madrid, n. 17, p. 203-223, oct./dic. 1980.
- BELIK, W. Changing patterns of state intervention in the brazilian agro-industrial complex. **Sociologia Ruralis**, Assen, Netherlands, v. 37, n. 3, p. 405-424, Dec. 1997.
- BISWANGER, H. P. Agricultural and rural development: painful lessons. Revised version of the Simon Brandt. In: ANNUAL MEETING OF THE AGRICULTURAL ECONOMICS ASSOCIATION OF SOUTH AFRICA, 32., Pretoria, South Africa, 1994. [Proceedings...] Pretoria, South Africa, 1994. Mimeografado.
- BRUM, A. **O desenvolvimento econômico brasileiro**, 8. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. 220 p.
- BRUMER, A. Qual a vocação produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 219-249.
- CAMARANO, A. A. y ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos cinquenta anos. 1997. 20 p. Trabalho apresentado no XXI Encontro Anual da ANPOCS. Mimeografado.
- CAVAZZANI, A. ; FÜLLER, A. International perspectives on part-time farming: a review. **GeoJournal**, v. 6, n. 4, p. 383-389, 1982.
- COULOMB, P. ; NALLET, H. **Le syndicalisme agricole et la creation du paysan modéle**. Paris : INRA, 1980.
- DE JANVRY, A.; SADOULET, E.; WILCOX YOUNG, L. Land and labour in Latin American agriculture from the 1950s to the 1980. **The Journal of Peasant Studies**, v. 16, n. 3, 1989.
- DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**: 1965-1985. São Paulo: Ícone; Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

DELORME, H. ; Le THEULE, F. Réforme de la PAC et Uruguay round: vers une Europe libérale. In: JOLLIVET, M. ; EIZNER, N. (Ed.). **L'Europe et ses campagnes**. Paris : Presses de Sciences Politiques, 1996. p. 275-294.

DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. **Caderno de estudos**: região Sul em dados. 1992. Trabalho elaborado pelo Deser. Mimeografado.

ETXEZARRETA, M.; CRUZ, J.; GARCÍA MORILLA, M.; VILADOMIU, L. **La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias**. Madrid: MAPA, 1995. (Serie Estudios).

FAO (Roma, Itália). **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UFT/BRA/ 036/BRA. Brasília: FAO; Inkra, 1996. 25 p.

FRANKLIN, H. **The european peasantry**: the final phase. Londres: Methuen, 1969.

FULLER, A. M. Part-time farming: the enigmas and the realities. In: SCHWARZWELLER, H. (Ed.). **Research in rural sociology and development**. Connecticut: Jai Press, 1984.

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, Grã-Bretanha, v. 6, n. 4, p.361-373, 1990.

GAIGER, I. A práxis coletiva dos sem-terra rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural? **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n. 6, p. 177-203, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária?** 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos).

GRAZIANO DA SILVA, J. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. **Revista Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 8-11, mar. 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário, **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n. 2, p.50-64, abr./jun. 1997.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção O Mundo, Hoje, 29).

- HERVIEU, B. **Los campos del futuro**. Madrid: MAPA, 1996. (Serie estudios).
- IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Anuário estatístico 1995**. Rio de Janeiro, 1995.
- IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Censo Agropecuário – 1995/1996**: Paraná. Rio de Janeiro, 1998.
- IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Censo Agropecuário – 1995/1996**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1998.
- IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Censo Agropecuário – 1995/1996**: Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1997.
- IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Censo demográfico 1991**: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, Rio de Janeiro, Brasil. Rio de Janeiro, 1994.
- KAY, C. Desarrollo rural y cuestiones agrarias en la América Latina contemporánea. **Agricultura y Sociedad**, Madrid, n. 75, p. 27-82, abr./jun. 1995.
- KLEIN, E. **El empleo rural no agrícola en América Latina**. Santiago de Chile: OIT; PREAL; CEPAL, 1992. (Documento de trabalho, 364).
- KOLANKIEWICZ, G. Una nueva clase incómoda: el campesino a tiempo parcial en Polonia. **Agricultura y Sociedad**, Madrid, n. 13, p. 65-111, oct./dic. 1979.
- LAGRAVE, R. M. El COPA, o la representación de la representación. In: MOYANO, E. (Coord.). **Las organizaciones profesionales agrarias en la comunidad europea**. Madrid: MAPA, 1993. (Serie estudios).
- MARTINE, G. A. Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Coord.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.
- MOYANO ESTRADA, E. **Sindicalismo y política agraria en Europa. Las organizaciones profesionales agrarias en Francia, Italia y Portugal**. Madrid: MAPA, 1988. (Serie estudios).
- MOYANO ESTRADA, E. (Coord.). **Por un cambio necesario en la agricultura europea**. Grupo de Brugge (Brujas). Madrid: MAPA, 1997.

NAREDO, J. M. **La evolución de la agricultura en España (1940-1990)**. Granada: Universidad de Granada, 1996.

OLIVEIRA, A. U. O Campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. (Coord). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 45-67.

ORTEGA, E. Evolution of the rural dimension in Latin America and the Caribbean. **CEPAL Review**, n. 47, 1992.

PALAU VILADESAU, T.; HEIKEL, M. V. Los actores sociales en el campo: un intento de identificación. In: **LOS CAMPESINOS, el Estado y las empresas en la frontera agrícola**. Asunción: BASE; PISPAL, 1987. p. 129-176.

PIÑEIRO, D. **Forma de resistencia de la agricultura familiar**: el caso del Noreste de Canelones. Montevideo, CIESU, 1985.

RAUD, C. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil. Perspectivas da indústria-lização descentralizada a partir de análise da experiência catarinense**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1999.

RAUD, C. Potencial e modalidades da industrialização difusa no Brasil. **GEOSUL**, n. 19/20, ano 10, p. 76-101, 1. e 2. semestres 1995b.

RAUD, C. **Santa Catarina**: un exemple d'industrialisation décentralisée au Brésil. Paris : CRIA, 1995a. (Notes de recherche, 52).

RELATÓRIO sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília, PNUD, 1996.

RYFF, T. Diagnóstico regional – Regiões Sul e Sudeste. In: Aguiar, M. (Coord.). **A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil**: um diagnóstico macro com portes regionais. Brasília: IPEA-IPLAN; PNUD; Agência Brasileira de Cooperação, 1988. p. 61-135.

SACCO DOS ANJOS, F. A agricultura familiar em transformação: o surgimento dos part time farmer's em Santa Catarina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 32., 1994, Brasília. **Anais...** Brasília: SOBER, 1994. v. 1, p. 442-449.

SACCO DOS ANJOS, F. **A agricultura familiar em transformação**: o caso dos colonos-operários de Massaranduba, Santa Catarina. Pelotas: Editora da UFPEL, 1995a.



SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriactividad y desarrollo rural en el Sur de Brasil**. 2000. 472 p. Tese (Doutorado em Agroecologia, Sociologia y Desarrollo Sostenible) – Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, Espanha.

SACCO DOS ANJOS, F. Colonos ou operários: quem vai ficar na terra? **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano 5, n. 8, p. 38-44, 1995c.

SACCO DOS ANJOS, F. Imprecisões, ambigüidades e contradições. Das sociologias do “rural” às fronteiras imprecisas entre o rural e o urbano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33., 1995, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: SOBER, 1995b. v. 2, p. 1196-1207.

SACCO DOS ANJOS, F.; MOYANO ESTRADA, E. The new forms of economic cooperation in family agriculture. The case of condominiums in Santa Catarina, Brazil. **The Journal of Rural Cooperation**, Jerusalem, v. 29, n. 1, p. 25-45, 2001.

SACHS, I. Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural-urbanas. Los casos de Índia y Brasil. **Pensamiento Iberoamericano**, Madri, v. 16, p. 235-256, 1990.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999a.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999b. Tese (Doutorado) – PPGS-UFRGS, Porto Alegre.

SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. 1994. Dissertação (Mestrado) – IFCH-Unicamp, Campinas.

SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p.105-129, 1995.

SCHNEIDER, S.; NAVARRO, Z., Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural (um estudo de tendências recentes). CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, []. **Anais...** Brasília: SOBER, 1998. v. 2, p. 617-635.

SERVOLIN, C. L'absorption de l'agriculture familiale dans le mode de production capitaliste. In: TAVERNIER, Y. (Ed.). **L'univers politique des paysans dans la France contemporaine**. Paris : FNSP e Ed. Armand Colin, 1972. p. 41-78.

SEYFERTH, G. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, J. S. L. (Coord.) **Cultura & identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: UFRJ; São Paulo: PROED, 1987. p.103-120.

SEYFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974. (Coleção documentos brasileiros).

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**, N. S. Antropologia, n. 52, 1985.

TEDESCO, J. C. Contratualização e racionalidade familiar. In: TEDESCO, J. C. (Coord.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 107-145.

VEIGA, J. E. Uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil. [S.l.: s.n.] 1997. Mimeografado. Trabalho apresentado no 21. Encontro Anual da Anpocs.

WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el Istmo Centroamericano. **Revista da CEPAL**, Chile, n. 62, p. 75-90, ago. 1997.